PRONUNCIAMENTOS DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020, NO PLENÁRIO COSME DE FARIAS

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 – **NA PRESIDÊNCIA**

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 35ª Sessão Ordinária, 4ª Sessão Legislativa, 18ª Legislatura, realizada hoje, 29 de setembro de 2020. Expediente. Votação da Ata, em única discussão e em votação. Os senhores vereadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado. Leitura do Expediente, primeiro secretário, vereador Carlos Muniz.

LEITURA DO EXPEDIENTE

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 – **NA PRESIDÊNCIA**

Estou com o som ruim. Obrigado, vereador Carlos Muniz, nosso 1º secretário. Irei conceder todas as Comunicações Inadiáveis, Pela Ordem e Questão de Ordem. O que eu peço,

amigo e vereador Suíca, vereador Sílvio Humberto, que presencialmente está aqui, é que nós temos uma Ordem do Dia de votação em relação a três mensagens do Executivo; parece-me que são três projetos de Resolução, dentre eles um do vereador Moisés Rocha, e um Projeto de Lei do vereador e amigo Henrique Carballal. O que eu queria sugerir a V. Exas. - e queria a atenção dos líderes das bancadas - eu queria fazer o encaminhamento ao professor Edvaldo Brito, do Partido Independente, ao meu amigo e vereador Sílvio Humberto - peço a atenção dos vereadores -, ao meu amigo vereador Sílvio Humberto, do Bloco Partidário Independente, ao vereador Sidninho, que me parece de ordem presencial, e ao líder do governo, para nós estabelecermos aqui a ordem das votações. Nós temos aqui três mensagens do Executivo.

Parece-me que o que seria, de toda sorte, mais polêmico, em função da apresentação de algumas emendas, seria o Projeto de Lei nº 201/2020, inclusive uma emenda indicativa, acompanhada por mim, em relação ao mestre e professor Edvaldo Brito, que preciso do retorno por parte do governo.

Então, eu queria sugerir, inclusive durante esta semana, em respeito a esta Casa, a seguinte ordem de votação dos projetos: primeiro, a mensagem do Executivo de nº 216/2020, que autoriza a realizar a permuta de um imóvel. Esse encaminhamento faço a V. Exas., porque tive um pedido de ordem pessoal e esta Casa goza de respeitabilidade. Pessoal no sentido do amigo, mas institucional dada a demanda. Fiz questão que os líderes desta Casa, principalmente os líderes da oposição e

bloco partidário independente, participassem, vereador Alexandre Aleluia, desse entendimento.

Eu queria sugerir, mas queria ouvir o professor Edvaldo Brito e o líder da oposição, vereador Sílvio Humberto. Na seguinte ordem: Projeto de Lei nº 216/2020, logo após o Projeto de Lei nº 73/2020 e, por último, das mensagens do Executivo, o Projeto de Lei nº 201/2020.

Como pensa o professor Edvaldo Brito?

Obrigado, vereador Suíca, que afirmativamente, como meu amigo, já me dá o ok. Professor Edvaldo Brito.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR EDVALDO BRITO** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020

Senhor presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exa., e este cumprimento se estenderá certamente por esta sessão, porque é preciso que a história da Casa registre esses depoimentos. Longe de mim, e sei que longe de V. Exa., em tom de bajulação, mas com um tom de justiça. Vou ter a oportunidade de desdobrar o que estou dizendo, em outro momento, talvez nesta sessão, para que todos saibam quem é V. Exa., para que todos saibam como é que V. Exa. nos lidera. Liderança não é usar um tacape do tempo do homem da caverna, liderança é saber coordenar as ideias daqueles que estão em sua volta. Eu vou ter a oportunidade, Sr. presidente.

Quanto à Ordem do Dia, estou de pleno acordo. Imagino que V. Exa. saiba qual é a minha posição nesse primeiro projeto

que está na pauta, e devo dizer que quanto a esse da permuta, que V. Exa. anunciou, também por uma questão pessoal - dando ao signo pessoal o mesmo conteúdo que V. Exa. acabou de dar - eu vou votar a favor. Não faço política de terra arrasada, faço política em razão do interesse do povo desta cidade. Fui prefeito, fui vice-prefeito, sou vereador há duas legislaturas, Sr. presidente, e me emociono por saber que, não precisando do que ganho como vereador, quero servir ao povo desta cidade.

Estive conversando com o Sr. secretário Thiago, ele me passou todos os elementos desse projeto e estou de acordo que V. Exa. inverta a ordem para colocá-lo em primeiro lugar, porque isso é em favor da nossa cidade.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 – **NA PRESIDÊNCIA**

Obrigado, professor Edvaldo Brito. Quero dizer a V. Exa. que a mesma certeza que tenho de que Deus continua em minha vida, tenho que V. Exa. vai renovar o seu mandato. Eu olho nos seus olhos e tenha certeza que V. Exa. pode contar sempre com este amigo, com este filho e com este presidente. V. Exa. tem um simbolismo muito especial para esta Casa. E digo de público isso, como já disse na mídia televisiva e na rádio difusão: V. Exa. é um exemplo para o Legislativo Municipal das capitais. V. Exa. é um exemplo para todos nós.

Como pensa o vereador Sílvio Humberto?

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020

Bom dia a todos e todas.

Senhor presidente, ouvindo atentamente, também conversei no final de semana com o vereador Thiago, ele me ligou na sexta-feira falando da importância do projeto. Eu estive ontem consultando o setor que faz a avaliação na Secretaria de Fazenda, fui convencido pelos pares também não só da lisura, mas da forma como foi avaliado o projeto no que tange a adequação. Porque antes estava previsto, me parece que eram 14 mil metros quadrados. Foi reduzido para 11 mil a área e essa área foi devidamente adequada à proposta de permuta com a Construtora Civil.

Então, foi devidamente embasado em estudos técnicos de avaliação. Eu acho que é importante essa alteração na pauta e também me coloco favorável ao projeto.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 – **QUESTÃO DE ORDEM**

Senhor presidente, agradeço a gentileza e a atenção de V. Exa. Nada contra, não quero desautorizar o líder de maneira nenhuma, apenas complementar, porque eu acho que a gente

precisa ser muito cuidadoso quando se trata de patrimônio público.

Eu tive também, e recebi um telefonema do secretário Thiago Dantas, e tive o cuidado de procurar saber também o valor dos imóveis que estão sendo permutados, porque para nós, para a Câmara, importa nós sabermos se há vantagem ou desvantagem para o município nessa troca. E quero dizer que a constatação é de que o valor, que a permuta, é vantajosa para o município. Então, esse é mais um argumento favorável à votação desse projeto.

Era isso que eu queria colocar, Sr. presidente.

Muito obrigada.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR MARCOS MENDES** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 - **QUESTÃO DE ORDEM**

Senhor presidente, a vereadora Aladilce acabou se antecipando, mas é exatamente. Quando se trata de patrimônio público, a gente tem que ter muita responsabilidade, a gente precisa fazer uma análise e tal e entendo o que o companheiro Sílvio Humberto falou aí, o vereador Sílvio Humberto, mas eu fico imaginando o seguinte: para que essa pressa na votação de um projeto como esse, que pode se esperar, entendeu? É para a construção da Semge, de um imóvel, para abrir a construção na Semge. Eu acho que a gente poderia esperar e fazer uma análise mais profunda, sabe por quê?

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - Mas como eu sei que o V. Exa. é disciplinado e eu abri esse precedente, V. Exa. como um grande liderado, como eu sou, deve obedecer o encaminhamento do seu líder, da sua bancada...

SR. VEREADOR MARCOS MENDES: - Mas, veja bem, o líder tem que conversar com a gente primeiro, o líder tem que dialogar com a sua base...

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: -Certo, mas ele tem conversado com V. Exa..

SR. VEREADOR MARCOS MENDES: - E eu vou dizer a V. Exa.... Deixa só eu terminar de fazer o meu pronunciamento.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - Ok.

SR. VEREADOR MARCOS MENDES: - Porque o líder tem que abrir uma conversa antes para saber se a gente concorda ou não, não é? Senão, é melhor eu não estar em um grupo que não dialoga comigo. É a cabeça do meu líder? Então, eu não concordo com isso.

Então, o que eu quero dizer a V. Exa. é o seguinte: Águas Claras, o senhor sabe que próximo daquela região é onde vai ser construída a nova rodoviária e tal, então, o senhor sabe que os imóveis ali vão ascender, eles vão subir. Então, é uma preocupação que a gente tem que ter com o patrimônio público, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é em relação aos outros dois projetos, eu quero já antecipadamente pedir a V. Exa. e eu quero discutir...

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - Ok.

SR. VEREADOR MARCOS MENDES: - Eu quero discutir, (falha no áudio), passando 50% da outorga onerosa (falha no áudio)...

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: -Farei, farei...

SR. VEREADOR MARCOS MENDES: - E também essas isenções que estão dando, quer dizer, dão com um valor maior para determinados (falha no áudio) e um valor bem menor para as pessoas que eu acho que estão mais precisando.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - Farei dessa sorte, com certeza. Tenha certeza que terá deste presidente a respeitabilidade...

SR. VEREADOR MARCOS MENDES: - OK, depois eu quero fazer meu comentário. Obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - Ok, meu querido, além de confiança em V. Exa....

SR. VEREADOR MARCOS MENDES: - E o meu projeto, Sr. presidente? O 168 de 2020, que o senhor falou que...

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: -Já falei. Já falei com Leleto aqui, inclusive, cobrei agora do diretor legislativo. Além da respeitabilidade...

SR. VEREADOR MARCOS MENDES: -Beleza, depois eu quero fazer aquela Comunicação Inadiável, viu?

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - OK, considerei sim. Além da respeitabilidade que tenho a V. Exa., eu confio plenamente na liderança do vereador Sílvio Humberto.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR EDVALDO BRITO** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 - **QUESTÃO DE ORDEM**

Senhor presidente, eu queria no encaminhamento que está sendo feito na votação, dizer ao vereador Marcos Mendes que feliz ou infelizmente a regra do nosso Regimento é de que o líder falou, está falado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: -Isso.

SR. VEREADOR EDVALDO BRITO: - De modo que é uma questão de disciplina legal, feliz ou infelizmente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - É isso mesmo.

SR. VEREADOR EDVALDO BRITO: - Ou a gente afasta o líder que tem, e tudo bem, ou a gente aceita o líder que tem, mas institucionalmente isso está no Regimento por uma questão, meu caríssimo amigo vereador Marcos Mendes, por uma questão muito séria, porque antes de a gente ter elaborado essa regra no Regimento, que era um problema. O líder dizia uma coisa na Reunião de Líderes e quando chegava no plenário era um desrespeito total ao que ele dizia.

Então, feliz ou infelizmente, meu queridíssimo amigo Marcos Mendes, é assim.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR MARCOS MENDES** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

Senhor presidente, para discutir um projeto como esse, eu quero relembrar aqui, na própria Câmara de Vereadores, o ano de 2010. Em 2010, teve um escândalo, um escândalo muito interessante, que é bom que a gente lembre, que envolvia Kátia Carmelo, Kátia Carmelo que foi, inclusive, superintendente da Sucom, na época, e Cláudio Silva, que era o atual presidente da Sucom. Eu não sei se vocês lembram disso, em 2010 na Câmara de Vereadores teve uma discussão. Existia uma discussão muito grande sobre Transcons e outorga onerosa. Lugares onde você estava dando Transcons, transferência do direito de construir, eram locais, principalmente locais da orla, que caberia só a outorga onerosa. Porque a outorga onerosa é uma forma, quem é tributarista sabe, professor Edvaldo Brito deve saber, é uma forma de arrecadação muito grande para o município.

Existia uma denúncia à época, que houve, inclusive, algo de muito feio que aconteceu nesta Câmara, o Executivo interferindo no Legislativo, passou a noite toda para aprovar aquele PDDU, foi um PDDU completamente nefasto. Inclusive, que nós, junto com o Ministério Público, os movimentos (falha no áudio), Ministério Público entrou com um ação civil pública e, nesta ação civil pública acabou mais uma vez com ganho de causa. A maioria dos PDDUs, ou todos os PDDUs - os últimos quatro -, foram judicializados, com os movimentos socioambientais muito fortes, antenados no

que estava acontecendo. Por quê? Porque na verdade esses Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano beneficiam única e exclusivamente as empreiteiras e imobiliárias. Sempre quem são beneficiadas são as empreiteiras e imobiliárias.

Naquela época, na Câmara de Vereadores de Salvador, a discussão era a seguinte: a Sra. Kátia Carmelo dizia que durante a gestão do Sr. Cláudio Silva - inclusive isso foi noticiado em vários blogs - houve um desvio de mais de 500 milhões de reais em Transcons - Transferência do Direito de Construir -, quando, na verdade, deveria ter sido Outorga Onerosa. Ou seja, o município deixou de arrecadar em torno de R$ 500 milhões, segundo a denúncia dela. (Falha no áudio) ...depois não sei o que aconteceu nos bastidores, porque ela acabou dizendo que ia encaminhar os documentos ao Ministério Público, que solicitou esses documentos, mas os documentos nunca vieram. O Ministério Público já estava fazendo uma acusação a ela, porque ela não entregou os documentos, que nós não sabemos o que aconteceu.

Uma outra coisa importante que aconteceu foi que na hora da fala do Sr. Cláudio Silva, cheio de documentos nas mãos também, chegou e fez outra acusação a ela, dizendo que quando ela foi superintendente da Transcon, à época, ele disse em alto e bom som, que tinha indícios de desvios de mais de 750 milhões de reais. Eu quero dizer que, nessas duas denúncias, de uma para outra, de outra para um, existiam indícios de desvios de mais ou menos 1 bilhão e 250 milhões de reais no Município de Salvador só com Transcons e Outorga Onerosa, em doações de Transcons, quando na verdade deveria ter sido Outorga Onerosa.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - Vereador Marcos Mendes, V. Exa. me concede cinco segundos? Preciso registrar a presença do meu amigo, colega de profissão, secretário Fábio Rosa na galeria desta Casa. Queria convidar para que ele estivesse aqui ao nosso lado no Plenário. Uma saudação especial, representando o governo nesta oportunidade. Obrigado pela deferência de V. Exa.

Vereador Marcos Mendes, desculpa. Recomposição do tempo.

SR. VEREADOR MARCOS MENDES: - Pronto. Está bom, Sr. presidente. Então, essa questão foi uma questão na época, em 2010, em que eu era pela primeira vez candidato a governador do Estado da Bahia, e fui lá para saber o que estava acontecendo. Fiquei estarrecido com o que eu vi, entre acusações que aconteceram. Quem perdeu com isso foi o município, pois era um valor extremamente exorbitante.

Aí, agora, vem um projeto de lei que amplia até junho de 2021 a Outorga Onerosa, ou seja, os 50% de Outorga Onerosa, mais uma vez, para as empreiteiras. Num momento de pandemia, num momento em que se tem barraqueiros e barraqueiras, trabalhadores informais, trabalhadoras e trabalhadores autônomos que estão sem receber ajuda emergencial, que está atrasada, que não estão incluídos em Salvador por Todos porque eles não se encontram cadastrados lá na Prefeitura, momento em que a gente vê as pessoas passando uma situação de, inclusive, cometer suicídio, em que 1.500 REDAs foram demitidos da Prefeitura e sequer, doutor Edvaldo Brito, pagaram as férias proporcionais e um terço das férias proporcionais. Temos

conversado com a Dra. Rita Tourinho, do Ministério Público, e até agora esse negócio não anda, ela diz que vai chamar Thiago Dantas, da Semge, para negociar.

A gente passa por uma situação de hecatombe muito grande, em que as pessoas estão morrendo, estão necessitando justamente de algum tipo de amparo, que sejam incluídas nesse programa da Prefeitura, mas não são atendidos.

O TFF, que era para ser dispensado nessa época, em que você tem uma taxa, inclusive o Dr. Edvaldo Brito tem um projeto aí que até hoje não foi atendido. Eu quero me juntar aqui ao Dr. Edvaldo Brito, pois como é que os pequenos comerciantes e o pessoal da área de cultura não estão funcionando, e você vai cobrar isso deles? Isso é desumano! As pessoas estão vendendo objetos para comer, para se alimentar.

Então, tudo isso vem acontecendo no Município de Salvador, as pessoas estão com a cuia na mão, inclusive trabalhadores e trabalhadoras da área cultural com a cuia na mão, passando por uma necessidade muito grande, pois não estão incluídos. O vereador Sílvio Humberto aprovou um projeto aqui para incluir os profissionais da área de Cultura, o vice-prefeito garantiu que essas pessoas seriam incluídas, mas não foram incluídas essas pessoas da Cultura até hoje. Então, os de baixo, não são incluídos pelo governo de ACM Neto, que é um governo de ricos, que quando tem qualquer tipo de proposta para dar isenção, para beneficiar os ricos e poderosos desta cidade, aí na hora ele encaminha para o Executivo.

Quero dizer o seguinte, Sr. presidente, de antemão: é um absurdo prorrogar até junho de 2021 a Outorga Onerosa para

quem já é milionário e bilionário, como são os empreiteiros e as empreiteiras. Esse valor de arrecadação é um valor precioso num momento desse.

Então, quero dizer, de antemão, que sou terminantemente contra o projeto. Para mim o que deve ser analisado com muito mais carinho pelo prefeito ACM Neto são as pessoas que estão precisando, os autônomos, as pessoas que estão com a cuia na mão, inclusive os da Cultura também.

Muito obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

Senhor presidente, Sras. e Srs. vereadores e vereadoras. Eu pedi, Sr. presidente, para discutir, até porque eu apresentei um voto em separado na Comissão de Finanças e Orçamento, porque este projeto altera o Parágrafo 1º, do Art. 6º da Lei 9.285, de 27 de outubro de 2017, que institui o plano de incentivos fiscais no âmbito do Programa Salvador 360, para estímulo ao desenvolvimento econômico e geração de emprego e também dá outras providências.

Então, Sr. presidente, ao analisar com muito cuidado esse projeto de prorrogação, nós fomos buscar a base em alguns marcos já regulatórios. Buscamos o Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, em que é expresso no que toca ao estabelecimento de requisitos e condições para que leis

concessivas de benefícios ou incentivos fiscais sejam consideradas legais, do ponto de vista da responsabilidade fiscal dos administradores públicos.

Este artigo estabelece que, partindo do pressuposto que o ente estará abrindo mão de parte da sua receita orçamentária, haja previsão nos meios e mecanismos pelos quais se dará compensação aos cofres públicos em relação aos valores que o mesmo ente deixará de receber em razão da aplicação da lei. Daí a exigência e apresentação, por parte do chefe do Executivo, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro que a aplicação da lei vai causar ao ente público naquele exercício e, também, nos dois exercícios seguintes.

Deve também o administrador público demonstrar que a proposição atende ao disposto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO - que nós já aprovamos aqui nesta Casa -, que corresponde à exigência de que tais benefícios estejam previstos como diretrizes orçamentárias daquele ente, evitando que sejam utilizados com finalidades escusas, como as relacionadas ao período eleitoral, o momento em que nós estamos passando.

Destacamos também que a mensagem que acompanhou o projeto de lei não traz, meu colega professor e mestre Edvaldo Brito, em nenhum momento o impacto orçamentário-financeiro decorrente desta proposta, tampouco as medidas de compensação no período da renúncia. A prorrogação para 30/06/2021 do início das obras especificadas para redução de 50% do valor da outorga onerosa provoca impactos orçamentários no município e deveria ser devidamente justificada.

Daí a nossa preocupação que a gente tem reiteradas vezes solicitado que venham também os impactos orçamentários, porque a questão das finanças públicas é algo sério e esta Casa é soberana para fiscalizar o Executivo e especialmente o Orçamento.

Acrescentamos também que a outorga onerosa, segundo o Artigo 28 do Estatuto da Cidade, a Lei 10.257/2001, é uma contrapartida definida pelo Plano Diretor para as áreas das quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado. Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir e da alteração do uso devem ser aplicados às finalidades previstas nos Incisos de I a IX do Artigo 26 do referido Estatuto da Cidade. A exemplo da regularização fundiária, execução de programas de projetos habitacionais de interesse social, implantação de equipamentos urbanos comunitários para a gente também trazer para a realidade desse debate essa desigualdade a que Salvador está cada vez mais exposta.

Por isso que não dá para o prefeito encaminhar um projeto dessa dimensão pedindo a prorrogação até 2021 e sem trazer esses impactos e sem analisar também todos esses projetos habitacionais de interesse social, porque a gente sabe que o déficit habitacional em Salvador é imenso.

Vou também aqui para um outro marco regulatório que esta Casa também aprovou e por isso a gente tem que zelar pelas leis que a Casa aprova, senão vai virar o quê? Um mero, traz aqui, aprova, mas depois a gente não vai acompanhar. O Artigo 351 do PDDU, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de

Salvador, traz que qualquer alteração na política urbana, vereador Marcos Mendes, do município deve ser baseada em exposição de motivos preparada pelo órgão de planejamento urbano até a devida participação da sociedade.

É preciso ressaltar ainda que o recurso de outorga onerosa integra o FUNDURBS, o Fundo, o Artigo 373, o parágrafo 2º, e que cabe ao Conselho Municipal de Salvador a atribuição de acompanhar a sua prorrogação.

Portanto, Sr. presidente, já indo para a minha conclusão, com a sua tolerância, o presente projeto de lei prorroga mais uma vez a redução de 50% da outorga onerosa sem cumprir os requisitos necessários à sua tramitação enquanto matéria incerta na política urbana do município.

Dito isto, vou concluindo que os termos formais do PL 173/2020 é contrário à gestão tributária responsável da cidade. Entendo, assim, que a proposição não atende aos aspectos constitucionais, legais, regimentais necessários em seu regular trâmite.

Portanto, Sr. presidente, eu reitero o meu voto que eu apresentei ontem na Comissão de Finanças e Orçamento com a comissão conjunta, o meu voto é pela reprovação do Projeto 173/2020.

Muito obrigada, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 – **NA PRESIDÊNCIA**

Em função do compromisso com esta Casa, suspendo a votação de até 30 minutos para a apreciação da mensagem do Executivo. Nós vamos suspender de até 30 minutos a sessão para apreciação das discussões e apresentação de emendas em relação ao Projeto de Lei nº 201/2020 e ao encaminhamento, que peço o apoio do vereador Joceval Rodrigues em relação aos jogos eletrônicos.

Suspensa, vereadores, por de até 30 minutos. Vou ouvir remotamente o professor Edvaldo Brito, que é um dos líderes que não estão aqui presencialmente em função da sua idade e do seu compromisso, acima de tudo, que ele tem com a cidade.

Obrigado, vereadores.

SUSPENSA A SESSÃO

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR EDVALDO BRITO** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

Senhor presidente, eu, em primeiro lugar, quero dizer que ouvi os dois relatores nas Comissões e devo dizer a V. Exa. que, aprovada a minha emenda, leva-me a concordar com o projeto.

Veja, V. Exa., no começo, eu estava mostrando que o projeto ia por um caminho, qual fosse, um caminho de apenas caça-níqueis, um caminho apenas de ofender o Princípio da Igualdade Tributária, porque o Princípio da Igualdade Tributária diz que

deve-se tratar desigualmente as pessoas que estão em situações diferentes, e se nós tratássemos as pessoas que estão na pandemia e que estavam, portanto, impossibilitadas de cumprir a prestação, especialmente a prestação relativa ao IPTU, que sendo um imposto que não tem características econômicas, de natureza lucrativa, mas um imposto que, por si só, é pago por qualquer proprietário, seja ele atuante na atividade econômica, seja ele, portanto, fora dessa atividade, seria uma situação bem diferente daqueles que indo para o parcelamento estavam apenas com dificuldades dessa ou daquela maneira e não excluídos, portanto, da atividade econômica.

Eu me refiro, presidente, àquela senhora, que é viúva, que perdeu o seu marido nesse momento ou que perdeu o seu arrimo de família, seja ele qual for, seu filho, seu irmão. Eu me refiro àquelas pessoas que estão no setor de cultura, Sr. presidente, que foi o primeiro a sair do mundo da atividade econômica e ainda está sendo o último.

E eu disse a V. Exa. que, durante esta sessão, eu ia lhe fazer alguma justiça, dentre tantas que V. Exa. merece. Lá vai uma: V. Exa., na votação daquele projeto de cultura, a semana passada, acolheu, sim, uma postulação deste vereador, acompanhada por outros tantos colegas desta Câmara, e, imediatamente, constituiu uma comissão para acompanhar essa execução desses valores. Naquilo, Sr. presidente, V. Exa. abriu o espaço, porque ali não estava em jogo apenas quem pudesse, numa situação bem confortável, ir para os editais, que devem ser estabelecidos para igualdade de todos, mas em tempo em que as situações são iguais, presidente, e V. Exa. me coloca na linha de frente das discussões da fiscalização. Por que eu digo que V. Exa. fez justiça? Porque eu estava para me colocar contrário a essas situações que a Câmara não tivesse

controle. Portanto, aí vai a justiça, fecho o parêntese. E, para concluir, volto ao nosso projeto.

Se, na realidade, as pessoas que estavam na pandemia só precisam provar que estavam, então, elas que têm o ônus da prova, Sr. presidente, elas não estão iguais às pessoas que não pagaram por outra circunstância qualquer e que podem entrar nesse parcelamento, e aí, esse parcelamento, se for caça-níquel ou não for, não ofende a quem estava na pandemia.

Eu invoco o vereador Suíca, que presidiu uma sessão, V. Exa. se recorda, nós estávamos participando dessa sessão, quando uma senhora, em lágrimas, disse que nós, os vereadores, não estávamos sensíveis porque nós recebemos as nossas remunerações. Sr. presidente, naquele momento, eu entrei em choque ao ver aquela manifestação daquela senhora. É para essa senhora, é para os organizadores de eventos, Sr. presidente, que estão fora, portanto, do mercado, por força da pandemia, é para essas outras pessoas que eu falei do IPTU, que é exatamente o imposto que mais me preocupa, que eu agradeço à Comissão de Constituição e Justiça por ter, portanto, acolhido a minha Emenda n. 03, que não pretende, senão, atender ao que está na Constituição do país, mandando que o Princípio da Igualdade Tributária se apresente da seguinte maneira: tratar diferentemente contribuintes que estão em situação diferentes.

Portanto, ao formular esse agradecimento, primeiro, a V. Exa., Sr. presidente Geraldo Júnior, líder inconteste de todos nós, agradecer a todos os membros das Comissões, especialmente ao Sr. presidente Alexandre Aleluia e aos demais componentes, eu estarei, Sr. presidente, no aguardo de dar o meu voto na plenária.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CEZAR LEITE** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

Senhor presidente, bom dia.

Primeiro, quero dizer do orgulho que tenho de estar nesta legislatura, sob a sua presidência, escolhido o melhor presidente da Câmara nos últimos anos. O senhor sabe que temos lutado muito, principalmente pelos comerciantes, pelos pequenos e médio empresários. (falha no áudio). V. Exa. sempre esteve presente nessa luta, nesses três anos que lutamos, principalmente pela isenção da Taxa de Publicidade em *shoppings* (falha no áudio). Fizemos reuniões com a CDL, com as associações, e o senhor tem uma luta presente nessa nossa defesa de retomada econômica, de isenção de taxas.

Tomei como surpresa ontem, mas uma surpresa boa, uma surpresa boa, a emenda colocada em relação à isenção da Taxa de Publicidade. Pena que não foi citada a luta do senhor, de V. Exa., da nossa luta, pena que não foi, mas faz parte. Como Milton Friedman sempre falava, mesmo as pessoas erradas podem fazer as coisas certas. O que importa é você ter o resultado, é você tentar sempre privilegiar e fazer com que as pessoas possam ser realmente beneficiadas.

Mas, tomo como surpresa no momento de hoje, uma emenda supressiva, retirando a emenda colocada ontem para a isenção da taxa, o que mostra uma confusão total entre o Executivo, sua base, a base do prefeito ACM Neto (falha no

áudio). Então, a gente não sabe (falha no áudio) tivemos muita dificuldade de colocar, inclusive foi colocado por último o meu voto com minhas emendas. Mas não sei, porque a sua voz é sempre calada pela maioria que o prefeito tem, a gente sabe disso, e ele faz o que quer, o que ele pensa e imagina da cidade, não beneficiando em nada a população de Salvador. Vejo emendas bem colocadas no dia de hoje, estou vendo as negociações, e fico até feliz pela resiliência de alguns colegas, acreditando realmente que possam ser emendas para favorecer à cidade, sabendo a gente que o prefeito sempre dá ordem para não aceitar sempre. Então, é um desgaste muito grande, e eu aplaudo a resiliência dos colegas vereadores.

(Falha no áudio) para os donos de loja, comerciários, pessoas que produzem na nossa cidade, a redução do IPTU é somente para as grandes empresas, que ele tem algum tipo de pensamento para a cidade e para a situação dessas empresas. Ele não tem um pensamento da redução maior ou de isenção do TFF. Pensando só que tem que pagar todas as dívidas este ano, mesmo que a pessoa possa fazer um parcelamento - que foi a minha emenda colocada na comissão, ontem -, que dê garantia dele fazer uma redução do seu TFF do próximo ano, ou uma isenção. Não foi acatada a nossa emenda. Também não foi acatada a emenda do ITIV, que só serve para empreendimentos novos. Ou seja, a pessoa que tem um apartamento velho, ou que quer comprar um apartamento antigo e usado, ela vai ter que pagar o seu ITIV, não pensando ele que esse dinheiro que está sendo gerado pela venda do apartamento velho pode ser utilizado para a compra do apartamento novo. Mas, o pensamento só é o das grandes

corporações. Então, você vê que o Executivo não tem interesse no desenvolvimento econômico, e aí passa sua mensagem aos vereadores da base.

Eu fico muito triste por nossas emendas de ontem terem sido reprovadas nas Comissões. Fico muito triste mesmo, mas, mesmo assim, venho nesta fala, simplesmente, para dizer a V. Exa. que tenho honra de estar ao lado de V. Exa., de ter o senhor como presidente da gente, uma pessoa correta, uma pessoa que realmente preza pela democracia, e sempre nos acompanhou nesses três anos nessa luta.

Fico achando estranho, não tenho nem o que falar. O Executivo, ontem, pede para colocar a emenda e, hoje, pede para retirar a emenda, trazendo uma confusão para o pensamento. Estão simplesmente - como posso falar para o senhor sem ser agressivo, já que dizem que o pessoal de direito é agressivo, é extremista - empobrecendo cada vez mais a nossa cidade e mostrando que são confusos. O Executivo, hoje, com sua base, é confuso, não sabe o que quer para a Cidade do Salvador. Então, estou chocado aqui com a emenda supressiva colocada pelo líder do DEM, retirando novamente a isenção da Taxa de Publicidade.

Fora isso, eu queria desejar um bom dia para todos os vereadores, uma boa campanha para todos. Vamos mostrar que a nossa cidade está realmente entregue à falta de organização e à falta de interesse público com as pessoas.

Um abraço, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR MARCOS MENDES** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

Bom dia, Senhor presidente, vereadores e vereadoras desta Casa, trabalhadores e trabalhadoras desta Casa, principalmente o pessoal da TV Câmara e Rádio Câmara, a quem agradeço muito, não só aqui, pela participação desses trabalhadores e trabalhadoras nas nossas audiências públicas, que têm sido extremamente diligentes.

Primeiro, eu queria ler aqui uma carta, antes de fazer as minhas considerações, porque ela tem importância nas considerações que vou fazer sobre o Projeto de Lei nº 201/2020. É uma carta de artistas, de representantes de bandas, sobre a pior situação de todos os tempos que eles estão passando, hoje, neste país.

O governo do Estado, através da Bahiatursa, vem promovendo um calote com bandas e artistas há mais de quatro anos, e isso vem se tornando uma política sórdida e sofrida para muitos que prestam os seus serviços e não recebem, justamente por não terem influência política ou não terem artistas (falha no áudio). Artistas, músicos e produtores procuraram o vereador Marcos Mendes e explicaram o quanto tem sido sofrido receber pelos serviços contratados pela Bahiatursa. O que surpreende a todos e todas é que os artistas notórios já foram todos pagos pelo governo, e os que mais precisam estão com a cuia na mão, mendigando para receberem o que é de direito, com receio de

serem mais penalizados. Eles não querem ter os seus nomes aqui revelados, justamente por causa dessa penalização. Seguem aqui os nomes dos artistas notórios que já tiveram todos os seus cachês pagos: Ivete Sangalo, R$ 250 mil; Luiz Caldas R$ 600 mil; Bell Marques e filhos, R$ 815 mil; Daniela Mercury R$ 725 mil; Léo Santana e Parangolé R$ 900 mil. Todos os valores estão no Portal da Transparência Bahia, todos esses artistas já tiveram os seus cachês 100% pagos pelo governo. (Falha no áudio) temem represálias e a grande repercussão que seria se um artista desse colocasse em suas redes sociais ou procurasse a imprensa para cobrar os seus valores.

Consultando o Portal da Transparência da Bahia, nos deparamos com uma série de pagamentos a duas empresas que são meras desconhecidas, porém muito agraciadas pela realização de vários projetos de interessa da Bahiatursa, através do seu superintendente, o Sr. Diogo Medrado. São elas: Batuca Produções de Festas e Eventos Artísticos, daqui de Salvador, que neste ano recebeu R$ 1.820.000, e Mafuá Produções e Eventos LTDA, da cidade de Saubara, que já recebeu a quantia de R$ 1.730.000. Somente este ano, as duas empresas receberam até o momento R$ 3.547.000 para a realização de projetos; dados do Portal de Transparência da Bahia.

As perguntas são: que tantos projetos são esses? E por que estão concentrados em empresas que não têm procedência de realização de tantos eventos assim, sendo que Batuca é de 2018, e a Mafuá é de 2019? O Ministério Público Estadual precisa averiguar e cobrar com veemência como a Bahiatursa seleciona as empresas que executam os seus projetos e de fato se todos

foram realizados e tem comprovação através de registros fotográficos, vídeos e divulgação em mídia eletrônica, rádio, televisão e jornais.

Quanto ao Sr. governador Rui Costa, ele tem conhecimento de toda a situação, mas, no entanto, parece não ter sensibilidade num momento tão crítico em que o segmento passa pela maior crise de sua história. Pedimos que tenha empatia com as pessoas que compõem essa classe produtiva. São inúmeras famílias que neste momento clamam para receber o que é de direito. Não pague apenas aos artistas que comparecem à coletiva de lançamento do carnaval do governo do Estado.

Sr. presidente, isso me representa e eu não quero ser o único vereador (falha no áudio) ser o único. Eu queria o apoio aqui de vereadoras e vereadores, deputados e deputadas para convencer o governador Rui Costa desse calote que vem acontecendo desde 2016 e paguem esses artistas que não são considerados notórios porque eles precisam desse (falha no áudio).

E, pensando nisso, Sr. presidente, nesse projeto, eu quero ler aqui alguns benefícios desse Projeto 201/2020. Primeiro benefício é o IPTU, Imposto Predial e Territorial Urbano, e do TRSD, que é o benefício para o centro de distribuições.

O Artigo 13: “Fica concedido o desconto de 40% do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - e da Taxa de Coleta, Remoção e Distribuição de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD - incidentes sobre imóveis que abriguem centros de distribuição instalados ou que venham a ser instalados no Município de Salvador”. Mais uma vez (falha no

áudio) do benefício do IPTU e da TRSD para indústrias integrantes de projetos sociais localizados em áreas públicas.

Artigo 14: "Fica concedido 50% desse IPTU a essas empresas". Mais uma vez as grandes empresas, e a gente precisa saber que benefícios sociais são esses que (falha no áudio) escuro aqui nessa proposta.

Artigo 15º, Seção VI: "Da ampliação do benefício do IPTU para terrenos localizados em Mata Atlântica".

Artigo 16: "O Artigo 5º- A, da Lei 8723 de 22 de dezembro de 2014, com redação dada pela Lei 9434, de 27 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação: os terrenos que possuem cobertura vegetal composta de Mata Atlântica nos estágios médio e avançado de regeneração, localizados em áreas delimitadas pela Lei 9148/2016, mapa 02 B da LOUS, que não sejam edificáveis e que não sejam economicamente explorados, terão redução de 80% do valor venal para efeito da apuração do IPTU a ser pago". Então, ele aumenta de 50% para 80%. A gente sabe que esses casarões são grandes (falha no áudio) dos mais poderosos, dos mais ricos, em que pese eu ser sensível à causa da proteção da Mata Atlântica (falha no áudio).

Então, mais uma vez, eu só quero deixar claro que quem se beneficia são os grandes. Estou finalizando, Sr. presidente.

O Art. 27: "Os débitos do IPTU e TRSD das unidades mobiliárias constituídas nos terrenos sem construção com área superior a 2 mil metros quadrados referente ao exercício de 2014 a 2017 poderão ser recalculados com base no exercício de 2018 nos termos da Lei 9306 de 28 de dezembro de 2017 de que o contribuinte faça adesão ao PPI instituído por esta lei. Mais uma

vez os poderosos (falha no áudio) em que pese o PPI, são poderosos que estão sendo beneficiados.

Eu vejo aqui, Sr. presidente, vários vereadores e vereadoras de posição. Eu quero dizer, mais uma vez, que esta Casa é uma Casa que, através do presidente da CCJ, desrespeita vereadoras e vereadores de oposição. Vários projetos importantes, projetos, inclusive - já estou concluindo, Sr. presidente –, que dizem respeito à proposta de movimentos sociais, dizem respeito, inclusive, aí vem a grande coisa, o TFF, Sr. presidente, (falha no áudio). Isso é inadmissível, trabalhadores e trabalhadoras da cultura estão com a cuia na mão, vendendo instrumento para se alimentar, para comer. É digno, o mínimo que é digno deste prefeito, deste governo, é que dê isenção em 2020 da taxa do TFF.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - Obrigado, vereador.

SR. VEREADOR MARCOS MENDES: - Espera aí, Sr. presidente, estou finalizando.

Reduzir apenas em 20% não resolve nada. Como é que as pessoas podem pagar se elas não têm dinheiro? Desde antes do carnaval essas pessoas estão sem trabalhar e agora (falha no áudio), a retornarem e aí dizer que vai dar só 20%? Imagine! O menor valor que ele deu aqui, inclusive, nesse projeto. Na verdade, ele tem que dar isenção nesse projeto.

Então, isso deixa a gente extremamente triste. É uma casa misógina, esta Casa é uma Casa que não respeita a oposição. Eu não estou falando do senhor, Sr. presidente. O senhor, inclusive, eu quero ratificar, o senhor tem sido um presidente que tem tido o maior respeito e a maior consideração com os vereadores e

vereadoras de oposição, mas não é o que vem acontecendo com o presidente da CCJ. Todas as emendas que são encaminhadas aqui por vereadores e vereadoras, como agora, vereadora Aladilce, vereadora Marta Rodrigues, vereador Sílvio Humberto, emendas que são importantes para a cidade, emendas que dialogam com aqueles mais pobres, os que estão excluídos desse processo, são rejeitados de maneira peremptória. Isso é uma vergonha o que acontece nesta Casa, Sr. presidente!

E eu quero dizer que os profissionais da cultura, agora é época do processo eleitoral, vão dar a resposta necessária tanto para o governo Rui Costa, como também ao prefeito ACM Neto.

Então, eu voto pela rejeição dessa aprovação...

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - Obrigado, vereador.

SR. VEREADOR MARCOS MENDES: - Escandalosa a falta de respeito que acontece aqui nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

Senhor presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, eu acho que esse projeto, Sr. presidente, esse debate, que nós estamos fazendo, embora não tenhamos a oportunidade de fazê-los todos presencialmente, com as galerias cheias, nós não podemos porque a pandemia não nos permite, mas esse projeto

tem uma relevância e uma importância muito grande. A cidade está de olho na Câmara, na votação desse projeto. Por que eu digo isso, Sr. presidente? Nós entramos, nós fomos pegos de surpresa, de surpresa não, mas sem o preparo necessário pela pandemia que assolou o mundo inteiro. Dia 13 de março foi decretada situação de calamidade pública, de emergência, por decreto do município e a nossa Câmara também. E a cidade parou, parou para se proteger, proteger a vida dos cidadãos e parou a economia.

Se a gente resgatar um pouco a memória, todo mundo no início estava em casa, a economia parou, a economia de uma cidade, Sr. presidente, que já é uma das mais desfavorecidas em termos de arrecadação, que já é uma que fica lá embaixo, lá embaixo na escala de garantia de direitos sociais entre as capitais. Uma cidade grande, uma cidade pobre. A economia parou, aqueles milhares de ambulantes que ficam nas calçadas vendendo alguma coisa, todos se recolheram, porque tinham que preservar as suas vidas.

E eu quero aqui reconhecer que o município, juntamente com o Estado, fez quase tudo corretamente em relação à questão sanitária. Eu acho que deixaram, inclusive o município deixou muito a desejar em relação à questão das ações preventivas, das ações nos territórios, para que a infecção não se espalhasse tanto, mas, enfim, já passamos essa fase.

No início foi um corre-corre para montagem de hospital e tal, fizeram muita coisa, mas, em relação à economia, Sr. presidente, eu lembro que este plenário, quase todos os vereadores desta Casa apresentaram projetos, projeto de

indicação, vereadora Marta. O professor Edvaldo Brito desde o início levantou a sua voz firme para que a questão tributária fosse vista. Nós recebemos lamentos e cobranças de taxistas, de motoristas de Uber, dos comerciários, de todos os segmentos apelando para a Casa, que é a Casa do Povo. E o Executivo, nós apelamos, fizemos inúmeros, foram centenas de projetos, é só olhar aí, de projeto de indicação em relação à economia. E o Executivo quedou inerte nessa questão, fez ouvido de mercador, como se diz no popular.

Isso de março até agosto. Em agosto, Sr. presidente, nós começamos a ouvir o rumor de que chegaria na Casa um projeto para socorrer os empresários, os pequenos, médios empresários, os comerciantes, o segmento econômico que garante a economia, que garante recursos nos cofres públicos, que garante emprego e que nós temos também que defender, que nós temos que nos implicar com a situação deles.

O prefeito não, o prefeito não moveu uma palha. A gente dizendo como é que uma pessoa, que um empresário, um pequeno empresário, um diretor de uma pequena companhia de teatro, vai pagar TFF se a bilheteria está zerada, no cinema também. Os produtores de eventos que tanto o vereador Edvaldo Brito colocou aí, que nós recebemos na Câmara também, vieram a esta Casa. O pessoal de transporte escolar, inúmeros apelos. E nós, nós fizemos o nosso papel, nós fizemos o nosso dever, pelo menos a bancada de oposição eu tenho certeza. E alguns outros, também, vereadores da bancada do governo. Infelizmente, nem a esses o prefeito deu atenção.

Então, eu quero lembrar aqui que a reabertura começou em julho, e não para todos os segmentos. Em agosto, eles disseram que iam mandar o projeto, e a cidade começou a comemorar. Até nós também começamos a comemorar. Vem aí um projeto, a essa altura o projeto já tinha sido rejeitado, que é do professor, mas é da Casa toda, pelo menos da bancada nossa, porque nós subscrevemos, os onze. Todo mundo interessado em socorrer as pessoas, porque nós não botamos a cabeça no travesseiro e dormimos sossegados sabendo que o nosso salário vai para a conta todo mês. E aqueles pobres que vendem banana, abóbora, feijão na rua, estão na dependência, com a cuia na mão, na dependência da renda emergencial. Muita gente na fila, muita gente que não recebeu, teve gente até que se suicidou, nós ouvimos esse depoimento aí no plenário. Isso não é brincadeira!

Então, por isso que eu digo que esse projeto é importante, vereador Marcos Mendes, vereador Paulo Magalhães. É importante, sim, a cidade está de olho. Então, esse projeto chegou na Casa e, quando nós fomos olhar, o projeto não atende às necessidades da economia da cidade, que foi paralisada e que foi encolhida pelo efeito da pandemia. Não atende, vereador Edvaldo Brito, V. Exa. sabe muito disso e já falou aí.

É um projeto muito semelhante, com pequenas diferenças de qualquer outro parcelamento que nós já tivemos, como se estivéssemos numa situação normal. Não é um projeto para uma situação excepcional como a da pandemia, não é, não é. Por isso que eu digo que esse projeto deu xabu. Deu xabu, não socorre porque trata igualmente todos os débitos. Nós fizemos emendas, Sr. presidente, com toda a vontade de melhorar o projeto. Nós

fizemos emendas para garantir isenção total de TFF, nesse período em que os estabelecimentos não funcionaram. Para dar desconto de 40% do IPTU, porque isso, sim, seria considerar uma situação excepcional. Para dar carência de três meses para iniciar o parcelamento, para afastar multas, juros e honorários advocatícios.

Nós fizemos essas emendas para melhorar as condições, para criar condições excepcionais para uma situação excepcional que o prefeito não viu, não se sensibilizou. E quem está aí da Fazenda com certeza está entendendo o que nós estamos falando.

Portanto, Sr. presidente, eu quero dizer que eu fico muito triste quando a gente tem como resposta do Executivo o não, a negativa de qualquer emenda que a gente apresente, por menor que seja, às vezes é para mudar uma vírgula e o autoritarismo do prefeito se impõe a esta Casa. Eu estou indignada com isso, porque nós precisamos, Sr. presidente, olhar para esta cidade, esta cidade pobre de 3 milhões de habitantes, 53% de mulheres, 44% de chefes de família que criam seus filhos sozinhas, 70% da cidade vive na informalidade. No entanto, não tem um projeto para recuperar essa economia e numa situação dessa, de calamidade, a Prefeitura não socorre os mais pobres, a Prefeitura só olha para aqueles mais ricos, para os grandes. É por isso que a desigualdade de Salvador precisa ter um fim. É por isso que nós precisamos mudar esse tipo de gestão.

Então, eu voto contra. Eu quero apelar para os vereadores que pensem muito no que eu estou dizendo, porque a cidade vai cobrar e cobra da gente.

Muito obrigada, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

Pois não, Senhor presidente, muito obrigada.

Já meio-dia, quase meio-dia e meia, mas nós estamos aqui no debate, um debate que é importante para esta Casa, que é o que enriquece e dá dimensão, a gente afirmar a nossa democracia neste dia de hoje. E como os que já me antecederam fizeram aqui um debate muito interessante e importante para cidade, eu vou também nessa mesma linha, que é a questão, Sr. presidente, por parte de V. Exa., porque nós sabemos do respeito e do compromisso que V. Exa. tem com os 42 vereadores e com a bancada de oposição, trata todos de formas iguais, não tem essa distinção, mas, do outro lado da rua, não é a mesma coisa.

Quando a gente apresenta projeto de lei que, às vezes, a Casa aprova, quando chega lá, o veto é total, e isso é um desrespeito, porque todos nós fomos eleitos através do voto popular e é esse momento que as pessoas também que nos acompanham na TV, na rádio, nas nossas redes sociais sabem da importância de um debate desse, porque que nós estamos aqui para trazer essa dimensão desta nossa cidade, esta cidade negra, esta cidade desigual, que não cuida do povo, do nosso povo, com essa dimensão. A gente não pode, o professor Edvaldo Brito já disse aqui, não podemos tratar os desiguais de formas iguais, senão jamais nós vamos conseguir, principalmente quando se trata, como o projeto diz, de benefícios fiscais e especiais

destinados a mitigar impactos econômicos decorrentes da pandemia.

Esta semana nós tivemos aqui, por parte do secretário da Fazenda, a apresentação do segundo quadrimestre, e ele trouxe a verba que vem do governo federal, o que o município tem colocado em relação à Covid-19, mas, também, esquece de colocar nessa prioridade e trazer também para o orçamento público, beneficiando aquelas e aqueles que no dia a dia constroem a nossa cidade, dão conta dessa dimensão da nossa cidade, que são esses que estão invisíveis para esse projeto de benefícios fiscais, porque no dia a dia eles estão aí, estão na cidade, estão construindo e estão fazendo, mas o Executivo não tem esta mesma preocupação.

E o que me deixa, Sr. presidente, angustiada, e aí eu quero reiterar também a fala do vereador Sílvio Humberto em relação à aprovação dos projetos, porque também é necessário igualar a todos (falha no áudio) lá na frente e outros que com projetos também bons, que dialogam, que são projetos que nós apresentamos, Sr. presidente, à Casa, projetos que vêm do movimento social, dos segmentos que nos apoiam, que acreditam que estão sempre à nossa frente ou ao nosso lado, construindo e ajudando também a diminuir essa desigualdade na nossa cidade.

Por isso, Sr. presidente, a mensagem enviada, essa que nós estamos debatendo, no âmbito da economia, visando o enfrentamento da crise, apresenta muitas distorções. Nessas distorções, a emenda que apresentei ontem na Comissão Conjunta e todas as emendas foram rejeitadas. Isso que era para aperfeiçoar, esse é o papel nosso de vereadoras e vereadores.

Cada vez mais, quando a gente escuta, se o projeto do Executivo vem e não escuta a população, nós escutamos, e por isso que apresentamos essas emendas. As nossas emendas são aditivas, que eram para melhorar (falha no áudio) e emenda também supressiva. A aditiva era do Art. 11-A, acrescentam-se ao Art. 11-A os parágrafos do projeto de lei ora em debate. (Falha no áudio).

O parágrafo 1º, presidente, a isenção prevista no caput do Art. 11 aplica-se a empreendimento do Setor de Cultura, que teve esse debate que foi feito tanto pelo vereador Marcos Mendes quanto pela vereadora Aladilce. A gente sabe da importância desse setor no fomento, na emenda aditiva também, Sr. presidente, recriando o Fundo Municipal da Retomada Econômica na Pandemia, de gestão participativa, a cargo do Conselho Municipal pertinente, votando para ações, projetos, reservas de subvenções, para microempreendedores individuais, pequenas empresas e para empreendedores populares em geral.

Essa nossa emenda aditiva traz também todas essas preocupações, porque nesse Fundo - que foi rejeitado - estamos apresentando dotações orçamentárias do município, de onde vem o dinheiro para o Fundo, das multas administrativas aplicadas na violação de medidas restritivas da pandemia; receitas oriundas de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades públicas e privadas; auxílios, doações e contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venham receber de pessoas físicas ou jurídicas do direito público ou privado, nacionais, estrangeiros ou multinacionais; e outros recursos eventuais que lhes sejam expressamente destinados. Então essa era a proposta do Fundo, que foi rejeitada.

Rapidamente, Sr. presidente, com a sua tolerância, tivemos a emenda supressiva ao Art. 16 do presente projeto de lei. Por que suprimir essa emenda? A redação dada pela Lei nº 9.394, de 27 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação: "Os terrenos que possuem cobertura vegetal composta de Mata Atlântica nos estágios médio e avançados de regeneração, localizadas em áreas delimitadas pela Lei nº 9.148/2016, no Mapa 28 da LOUS - Lei de Ordenamento e Uso do Solo -, que não sejam edificáveis e não sejam economicamente explorados, pela redução de 80% no valor venal, para efeito de apuração do IPTU a ser pago".

Então, foram essas, Sr. presidente, e todas foram rejeitadas, o que nos deixa também muito tristes. Mas eu quero saudar e ressaltar a gestão desses quatro anos do presidente Geraldo Júnior, com muito afinco, com muita determinação, com muita coragem e de forma democrática. É isso que a gente pode também trazer para ressaltar, Sr. presidente, a sua condução. E como acolhe e como escuta, tem esse ouvido que escuta muita gente. A partir daí nós reconhecemos e sabemos do seu esforço, mas que tem também limitação.

Muito obrigada, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

Então, Senhor presidente, tendendo a concordar com o que foi levantado e abordado pela vereadora Aladilce, vereadora Marta e o vereador Marcos Mendes, o que nós temos observado nesse projeto é que ele prometeu e, mais uma vez, vemos aquela história da montanha que pariu um rato, porque havia e há na nossa cidade, do ponto de vista econômico. Eu sinceramente esperava muito mais. O que foi proposto foi muito pouco, ficou aquém das necessidades da nossa população. Considerando que o projeto terminou sendo direcionado para os mesmos setores e ainda não atendeu devidamente os setores. A emenda que eu fiz no Art. 14 foi justamente dialogando com quem mais vai carregar esse ônus dessa pandemia, ou seja, as consequências sociais.

O projeto, em nenhum momento, dialoga com a situação das organizações sociais, das instituições sociais, das ONGs que porventura têm seus imóveis, que não são alcançados por imunidades tributária, não têm isenção, que têm o aluguel e desse aluguel pagam o IPTU cheio. Não há nenhum desconto para o IPTU. O que salta aos olhos é que sempre tem a argumentação de que não houve tempo. Na verdade, quem quer faz, quem não quer encontra uma desculpa. É isso o que nós temos observado. Eu sei da competência da Secretaria da Fazenda, porque sou de lá, e sei da capacidade de responder rapidamente. Mas há uma visão que efetivamente não se preocupa, que não se importa com essas pessoas. Eu quero saber das consequências sociais dessa pandemia, que já estão aí, pois essas organizações sociais já arcam com isso. O que se observa é que não há nenhuma preocupação.

Foi muito bem levantado aqui quando a vereadora Aladilce nos diz que deu xabu. Vereadora Aladilce, é aquela sensação de que a montanha pariu um rato. O projeto não dialoga pensando numa visão econômica, numa visão socioeconômica, numa visão de desenvolvimento socioeconômico, porque, se assim o fosse, não haveria, vereadora Marta, rejeitado o seu projeto que faz alusão a um fundo de desenvolvimento, e isso era a Secretaria dialogando para além de uma visão meramente fiscalista, mas uma Secretaria dialogando e pensando em uma visão de recuperação econômica da nossa cidade. Infelizmente só os setores que conseguem fazer a pressão social vão receber e foram de fato relativamente ouvidos. E eu insisto que deveria ter, assim como eu havia sinalizado antes, a política de inovação, porque, se vai pensar em inovação, há que se pensar nas tecnologias sociais que são oriundas das organizações sociais, das inúmeras organizações que seguram uma onda, que promovem inclusão social verdadeira nesta cidade, que trabalham com discussão da equidade, da igualdade para valer e isso, essa visão não está posta aí.

Então, mais uma vez, nós vamos ter um conjunto de artigos, uma lei que, infelizmente, Sr. presidente, a gente está perdendo mais uma oportunidade de poder ter um projeto que tenha mais efetividade, que, de fato, venha dialogar com os setores que mais precisam nesta cidade. Então, é um projeto que dialoga exclusivamente com as necessidades das pessoas, eu diria das pessoas jurídicas, das pessoas jurídicas clássicas que precisariam ter uma postura, uma visão que caminhasse para Salvador, discutir uma Salvador da dignidade, mas infelizmente

perdemos mais uma vez e assim não tem nada a ver com sua condução. Muito pelo contrário. Sua condução nos ouve, faz essa mediação devida.

Mas o que nós fazemos aqui, as inúmeras emendas que são apresentadas de fato eu acho que a gente tem que aprender o sistema de Libras, para poder de fato para que o lado de lá entenda o que nós estamos fazendo, pedir esse reforço. Fazendo jus, não é problema de deficiência auditiva. É não querer ouvir mesmo, porque são duas coisas completamente diferentes. Então é não achar que essa visão que nós estamos trazendo aqui que importa.

E volto a insistir: perdemos uma boa oportunidade hoje de ampliar o projeto, de ter uma visão mais equânime, minimamente dar resposta a esse desastre que nós estamos vivendo no ponto de vista dessa pandemia, que cada vez mais nos impulsiona dentro de um mar de incertezas. E as respostas que estão vindo do Poder Executivo, no meu entender, e tendo que concordar com a vereadora Aladilce, que são tímidas, que são um pouco mais do mesmo porque não teve nenhuma inovação, não teve nenhuma ousadia, não teve nenhuma audácia no sentido de propor algo novo para a nossa cidade.

Então, assim, eu vou considerar, Sr. presidente. Gostaria até de votar favorável ao projeto em conjunto, mas assim eu acho que o projeto entrega pouco diante das necessidades da nossa cidade.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 – **NA PRESIDÊNCIA**

Declaro encerrada a sessão. Obrigado, vereadores, mais uma vez. E chega a LOA, a Lei Orçamentária, nesta Casa. Mensagem nº 24/2020.

Obrigado, vereadores.